



escola de gestores
da educação básica

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A EVASÃO ESCOLAR NA ESCOLA PÚBLICA “IRMÃ RAIMUNDA
MARQUES” E SUAS DETERMINANTES**

ELISABETH DA ANUNCIAÇÃO AMORIM

BELO HORIZONTE

2015



escola de **gestores**
da educação básica

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

**A EVASÃO ESCOLAR NA ESCOLA PÚBLICA “IRMÃ RAIMUNDA
MARQUES” E SUAS DETERMINANTES**

Trabalho Final apresentado a
Universidade Federal de Minas Gerais
como requisito parcial para a conclusão
do Curso de Especialização em Gestão
Escolar, sob orientação da professora
Ma. Beatriz Lopes Falcão.

Belo Horizonte

2015

FOLHA DE APROVAÇÃO

ELISABETH DA ANUNCIAÇÃO AMORIM

A EVASÃO ESCOLAR NA ESCOLA PÚBLICA “IRMÃ RAIMUNDA MARQUES” E SUAS DETERMINANTES

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em 01 de agosto de dois mil e quinze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof. Nome completo do Professor – Avaliador

Profa. Ma. Beatriz Lopes Falcão – Orientadora

Elisabeth da Anunciação Amorim – Cursista

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo explicitar os fatores determinantes da evasão escolar na escola pública “Irmã Raimunda Marques”, localizada no interior de Minas Gerais, nos últimos cinco anos. A metodologia utilizada foi a qualitativa e quantitativa tendo como técnica a análise de documentos escolares que indicavam o quantitativo de alunos evadidos nos últimos cinco anos do ensino fundamental. Observou-se que a funcionalidade da escola é, muitas vezes, questionada por não apresentar retorno profissional imediato na vida de estudantes que anseiam por estabilidade financeira.

Palavras-chave. Currículo. Estabilidade financeira. Evasão

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	05
2. EDUCAÇÃO E SOCIEDADE	07
3. EVASÃO ESCOLAR: DETERMINANTES E DESAFIOS	09
4. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA	12
5. FAMÍLIA E SUA INFLUÊNCIA NO PROCESSO DE EVASÃO ESCOLAR...	15
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	17
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	18
8. ANEXO.....	20

Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual “Irmã Raimunda Marques”

1. INTRODUÇÃO

O cenário da educação nacional tem se modificado, daí a importância das mobilizações da sociedade brasileira nas últimas décadas do século XX e início do século XXI. Tal afirmação pauta-se na análise da legislação vigente e na coligação das ideias de autores como Abramovay e Castro (2003) que apresentam exposições à hodierna Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96, que determina as políticas públicas nos âmbitos nacional, estadual e municipal, preconizando objetivos e metas a serem alcançados pelos entes federativos.

Partindo do pressuposto de que o processo educativo consiste na formação humana integral, como prega a LDB 9.394/96 em seu Art. 1º: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.” E de que é um direito inerente ao cidadão consolidado pelo Art.:5º: “O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo”(BRASIL,1996).

Percebe-se que há uma dualidade: obrigação na oferta e subjetividade na procura. Ou seja, deve ser ofertada obrigatoriamente aos menores, no entanto, é de livre opção para os maiores exercer esse direito. De imediato, já se pode notar uma menção à funcionalidade ao processo educativo, já que garante um direito, direito esse que vem dotado de liberdade de execução a partir de certo momento da vida das pessoas, e que só será exercido caso o indivíduo perceba sua eficácia.

Nota-se que a LDB 9.394/96 amplia o conceito de Educação Básica fazendo-a compreender os três níveis de ensino: educação infantil, ensino fundamental e o ensino médio. Etapas essenciais à continuidade do processo formativo até sua conclusão em nível superior. A amplitude temporal dada a educação basilar do indivíduo revela seu caráter qualitativo, visto que “não se trata de uma educação

qualquer, mas da educação básica que atenda, com a necessária qualidade as necessidades básicas de aprendizagem [...] focalizada, sobretudo nos grupos socialmente menos privilegiados” (ABRAMOVAY & CASTRO, 2003, p. 21).

A escolarização ofertada pelo sistema público de ensino, no entanto, baseia-se num currículo básico que não atende a esse conceito, visto que, desconsidera a realidade social do indivíduo, tornando-se mecanismo de formação com finalidades predominantemente estatísticas ao mensurar números de indivíduos alfabetizados e não alfabetizados a cada ano, desconsiderando as habilidades específicas do estudante desenvolvidas na escola e fora dela e que balizam seu desenvolvimento.

A LDB 9394/96 reforça a finalidade do processo básico de educação em seu art. 22: “A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.” A instituição escolar, para consolidar esse fundamento deve, antes de tudo, diagnosticar a clientela a ser atendida e considerar, na construção de seu projeto político pedagógico, a individualidade, a heterogeneidade e coletividade dos indivíduos sob sua tutela, o que explicita a necessidade de uma ressignificação da escola no sentido de repensar as práticas curriculares desenvolvidas até o presente momento. O discente precisa visualizar a funcionalidade da escola para sua vida cotidiana, de modo que deixe de ser vista como atividade suplementar aos afazeres cotidianos e assuma a ótica de atividade formativa efetiva. Tal efetividade, quando não sentida pelos indivíduos que nela adentram, faz surgir um dos problemas educacionais que atravessam a história: a evasão escolar.

A atuação da escola na minimização desse problema surge então como condicionante para a continuidade de sua existência, pois só uma atribuição de sentido pelo discente às atividades desenvolvidas em seu interior permitirá sua sobrevivência. Nesse contexto, faz-se necessário investigar e compreender as causas da evasão escolar em determinada localidade e identificar a possibilidade de articulação do saber desenvolvido na escola com a prática social dos indivíduos que constituem sua clientela, a fim de subsidiar gestores escolares na construção de planos institucionais que possam atender concretamente as perspectivas dos estudantes, atribuindo sentido ao fazer educativo nessas regiões.

Nessa perspectiva, foi necessário estudar a realidade da Escola Estadual “Irmã Maria Raimunda Marques” de ensino fundamental que participou da pesquisa e, desse modo, amparados por uma metodologia de pesquisa quali-quantitativa, dados foram coletados por meio de análise documental. Esta foi uma pesquisa de abordagem qualitativa, porém, na sua execução foi necessário também empregar a abordagem quantitativa para encontrar os índices da evasão escolar dos alunos matriculados no ensino fundamental nos últimos cinco anos.

2. EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

A sociedade contemporânea requer cidadãos independentes e autônomos em seu modo de agir, pensar e interagir com as pessoas em situações cotidianas. O conhecimento nessa perspectiva, não deve ser desenvolvido no contexto escolar de maneira operacionalizada, direcionada a uma formação específica; mas de maneira a se apropriar dele para seu desenvolvimento integral. Empregá-lo profissionalmente será, dessa maneira, uma consequência.

A escola, por ser o lugar onde os saberes são compartilhados, torna-se um verdadeiro laboratório para o exercício humano de aprendizagem, no entanto, pode-se notar que o tratamento dado ao saber humano baseado em uma grade curricular comum, que desconsidera as especificidades do público identificado no plano institucional como clientela a ser atendida, coloca em dúvida a real funcionalidade das instituições educacionais; ocasionando sérios problemas; dentre eles, a evasão escolar. “A evasão escolar ocorre quando o discente deixa de frequentar a aula, caracterizando o abandono da escola durante o ano letivo” (PACIEVITCH, 2009, s.p.).

Toda essa dinamicidade pela prática pode ser desenvolvida com a adequação dos componentes curriculares obrigatórios, sendo a parte diversificada do currículo uma possibilidade de concretizar ações pedagógicas em prol do desenvolvimento humano, paralelamente ao desenvolvimento cognitivo. No entanto, a escola ainda

está estagnada à ênfase em componentes da parte comum, visto ser esta a parte mais exploradas em avaliações de aprendizagem, a citar as avaliações externas, que na maioria das vezes desconsideram essa parte do currículo básico comum.

No Brasil, a evasão escolar é um grande desafio para as escolas, pais e para o sistema educacional, com dados preocupantes sobre esse tema. “Segundo dados do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira), de 100 alunos que ingressam na escola na 1ª série, 5 não concluem o ensino fundamental, ou seja, 95 terminam a 8ª série.” (IBGE, 2007 *apud* PACIEVITCH, 2009, s.p.).

Em 2007, aproximadamente um milhão e meio dos alunos matriculados no Ensino Fundamental abandonaram a escola e no ensino médio foi mais de um milhão. Esses discentes encontrar-se-ão em defasagem ao retornarem à escola, o que acresce a possibilidade de nova evasão (PACIEVITCH, 2009, s.p.).

Os dados apresentados revelam que há de se pensar na reestruturação curricular de modo a atender às perspectivas dos alunos, fazendo com que a escola deixe de ser vista como fardo a ser carregado por longos anos de escolaridade e passe a ser desejada, por se caracterizar como lugar de construção de conhecimentos. A escola tem como função precípua ofertar educação de qualidade para a formação integral do discente, portanto, não pode corroborar com as atitudes de exclusão que a sociedade já traz. Nesse sentido é preciso adotar práticas pedagógicas que não sejam divergentes do seu princípio norteador: capacitar o indivíduo a dominar o próprio desenvolvimento, fornecendo-lhe, o mais cedo possível, o passaporte para vida, levando-o a compreender melhor a si mesmo e aos outros, de forma a poder participar da vida em sociedade. Para que isso se concretize é imprescindível uma estruturação curricular baseada no diagnóstico da realidade circundante, pois na medida em que os objetivos formativos determinados pela escola não se concretizam para o discente, a escola perde elementos que a caracteriza como instituição social formadora, o que contribui para sua fragilidade frente à tarefa que lhe é atribuída, e, por conseguinte, favorecendo o fracasso do sistema educacional.

Sendo assim, a função social da escola se concretiza na medida em que ela consegue, através do seu fazer pedagógico, propiciar o desenvolvimento cognitivo, social e humano do indivíduo, preparando-o para um convívio social caracterizado

pela participação, integração e, principalmente, interferência na realidade. O conhecimento dessa forma, é proativo, permitindo ao indivíduo integrar-se à sociedade e nela atuar positivamente.

3. EVASÃO ESCOLAR: DETERMINANDES E DESAFIOS

O contexto histórico do nosso país é marcado pela exclusão. A evidente desigualdade social que caracteriza a sociedade brasileira desfavorece o caráter isonômico em relação a oferta de educação de qualidade, visto que muitos dos alunos das escolas públicas ainda carregam consigo marcas de um passado escravocrata sob novas nuances. A exclusão no século XXI pode ser caracterizada pela marginalização de pessoas devido a falta de escolarização, entre outras.

Desse modo, ser uma escola inclusiva não significa apenas receber o aluno com características de atendimento próprias à sua condição física ou mental, mas possibilitar a esse aluno a construção do conhecimento de modo que, ao se apropriar dele, seja capaz de conduzir situações em sua vida diária possibilitando a tomada de decisões, a resolução dos problemas e a solução de conflitos de maneira produtiva e autônoma. Abordagem tão bem discutida por Paulo Freire nos seus estudos sobre a educação.

E quando a escola não consegue atender a essa necessidade formação humana global? A resposta a essa pergunta talvez se apresente nos níveis de evasão escolar detectados anualmente nas instituições educativas brasileiras. Em especial nas regiões em que interferências externas se fazem mais evidentes.

A necessidade humana de atender ao perfil de cidadão exigido pela sociedade atual faz com muitas pessoas deixem a educação formal em segundo plano, quando conseguem, sem formação em nível mais elevado, atender ao perfil capitalista que lhe é imposto. É o que ocorre na região em que se localiza a escola “Irmã Raimunda Marques”, que por estar localizada em uma região carente de oportunidades

encontra dois grandes desafios: conscientizar seus discentes da importância da escola na formação humana e desenvolver ações que funcionem como atrativo para que o aluno possa nela se manter até concluir a educação básica. Grande parte dos discentes que constitui sua clientela pertence a famílias de baixa renda e vivem basicamente de programas sociais de governo.

Convencer esses alunos de que devem frequentar a escola já se demonstra um desafio, visto que muitos deles utilizam o tempo de permanência da escola para trabalhar em atividades informais de geração de renda. O encanto dos alunos nessa situação, pela possibilidade de retorno financeiro imediato proporcionado por atividades laborais não formais os levam a desistir da escola e dedicar seu tempo ao trabalho quando deveriam estar na escola desenvolvendo o aprendizado que a ele possa produzir. Coligo com as palavras de Patto (1987, p. 59):

A reprovação e a evasão escolar são um fracasso produzido no dia-a-dia, da vida na escola e na produção deste fracasso estão envolvidos aspectos estruturais e funcionais do sistema educacional, concepções de ensino e de trabalho e preconceitos e estereótipos sobre a sua clientela mais pobre.

Analisando as turmas do ensino fundamental nos últimos cinco anos pode-se perceber que elas iniciam com uma média de 35 alunos inscritos e pelo menos cinco deles não concluem o ano de escolaridade; o que reflete o alto índice de evasão na escola anualmente. Esse número representa muito quando pensamos que a comunidade em que se localiza a escola abriga um campus experimental da Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri que deveria servir de ensejo para que os discentes da escola “Irmã Maria Raimunda Marques” concluíssem a educação básica. No entanto, não é isso que ocorre já que grande parte de nossos alunos buscam fora da escola oportunidades de inserção social.

Por que isso ocorre se a escola é a maior promotora e organizadora do conhecimento?

Na tentativa de responder a essa questão há de se pensar em três pontos básicos: no fazer da escola, na concepção de aprendizagem e no contexto sociocultural predominante na região em que a escola se insere. Ao pensar sobre o primeiro ponto podemos recorrer às conclusões de Libâneo (2005, p.117):

Devemos inferir, portanto, que a educação de qualidade é aquela mediante a qual a escola promove, para todos, o domínio dos conhecimentos e o

desenvolvimento de capacidades cognitivas e afetivas indispensáveis ao atendimento de necessidades individuais e sociais dos alunos.

Nesse sentido, a escola abarca uma função que perpassa a acumulação de conhecimentos científicos, mas, ao possibilitar a partir de situações concretas de aprendizagem a esses conhecimentos, integrados às práticas sociais que os exigem, sirva ao discente de objeto de desenvolvimento pessoal, profissional e principalmente humano. É, dessa forma, a perspectiva de real possibilidade de aplicação assumindo características funcionais para o estudante.

O segundo ponto a ser considerado ao se questionar por que muitos discentes procuram a inserção social por meio de ações externas à escola é a compreensão da concepção de aprendizagem que ela adota. A escola deve fundar-se numa concepção de aprendizagem voltada para a capacidade humana de exercitar o pensamento, possibilitando que por meio do raciocínio o ser humano seja capaz de interagir com a realidade criando significado para tudo que o cerca e desenvolvendo as aptidões necessárias à sua inserção na sociedade. Desse modo, o conhecimento obtido dentro e fora da escola se integram continuamente na vida do aluno. Para Nóvoa (1997 *apud* NEVES, p. 02): "A troca de experiências e a partilha de saberes consolidam espaços de formação mútua, nos quais cada professor é chamado a desempenhar, simultaneamente, o papel de formador e de formando."

Diante disso, não podemos separar o conhecimento escolar do conhecimento extraescolar, a escola apenas possibilita podemos, através da análise e da troca de experiências, desenvolver a habilidade de operá-lo, revê-lo e reconstruí-lo. Para que a construção dessa nova visão pedagógica nas instituições de ensino seja uma realidade, fica clara a necessidade do comprometimento de todos aqueles que estão ligados ao processo de ensino-aprendizagem, a fim de garantir a formação do aluno de modo a contribuir para a sua transformação como ser humano. Isso se dará a partir da estruturação de suas atividades pedagógicas considerando as particularidades que caracterizam seu público-alvo. Nessa perspectiva: "o projeto político pedagógico da instituição torna-se o documento norteador das ações da escola e nele deve estar previsto todas adequações curriculares para atendimento à sua demanda" (Demo, 1998, p. 248).

O terceiro e último ponto diz respeito às concepções de aprendizagem e de desenvolvimento dos autores envolvidos no processo educativo: o educador e o

educando. Cabe remeter a abordagens histórico-culturais, que enfatizam a importância do contexto sociocultural do educando no processo de desenvolvimento humano. A escola passa a constituir, desse modo, espaço onde se chocam os conhecimentos obtidos no dia a dia e os conhecimentos científicos e filosóficos formando os alicerces da aprendizagem e confirmando a construção e aplicação do conhecimento.

Nessa abordagem, entende-se que na escola há um contexto privilegiado para a aprendizagem e o desenvolvimento humano, no entanto, eles só se concretizarão se o educador tiver ciência de que este desenvolvimento deve ser tratado considerando o contexto sociocultural do educando, uma vez que no interior da escola se mesclam os conhecimentos prévios do aluno desenvolvidos no seu cotidiano e os conhecimentos científicos de que a escola dispõe. A inter-relação entre esses conhecimentos é que concretiza o caráter funcional da escola, fazendo com que o discente possa sentir os efeitos do que lhe é ensinado a partir da aplicação às situações cotidianas.

Visto isso, consideramos ser necessário a escola afirmar-se perante a sociedade capitalista atual, procurando desenvolver em seu interior atividades que propiciem aplicação concreta imediata, não deixando com que os alunos cedam ao capitalismo exacerbado preferindo atividades laborais sem qualquer preocupação com sua formação, o que tem sido a principal causa da evasão escolar na escola em estudo.

4. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA

A escola tem por função formar cidadãos assegurando ao estudante o acesso e a apropriação do conhecimento sistematizado, mediante o estabelecimento de um ambiente favorável às aprendizagens significativas e às práticas de convivência democrática. Consoante a essa ideia cabe a instituição de ensino, por meio de

decisões coletivas com toda a comunidade escolar, estabelecer estratégias visando superar o problema identificado: a evasão escolar. É importante que a instituição reveja sua prática a fim de atender os anseios daqueles aos quais ela atende.

Essa dinâmica de atendimento, pautada na construção do conhecimento considerando as situações práticas vividas pelo educando, deve nortear os trabalhos nas instituições escolares desde a primeira etapa da educação básica, visando não ser preciso, quando o aluno já estiver no ensino médio, resgatar seu interesse pelos estudos, já que, se desde cedo estimulado a aprender, se sentirá parte do processo ao qual está inserido. O trabalho com as situações reais de aprendizagem, dessa forma, levarão os discentes a enxergar a educação como processo natural de desenvolvimento de habilidades necessárias à sua atuação cotidiana. Para isso, a escola deve ser organizar de maneira a eliminar certos estereótipos, dentre eles o conceito tradicional de avaliação, que contribui negativamente para o desenvolvimento do aluno.

Como deixar prevalecer instrumentos formais de avaliação em determinado período letivo se a educação tem por objetivo possibilitar situações de aprendizagem?

O retorno do educando às situações práticas de construção do conhecimento criadas pela escola não ocorrerão em períodos determinados e de maneira sistematizada como propõe os objetos formais de avaliação utilizados pelas instituições de ensino, mas ao longo do processo formativo a partir das situações que exigirem do aluno a aplicação dos conhecimentos científicos desenvolvidos pelas disciplinas componentes do currículo; o que não condiz com as dinâmicas de avaliação ainda predominante na maioria das escolas.

A escola “Irmã Maria Raimunda Marques” deve, portanto, a partir de uma prática docente contextualizada adequar suas ações de maneira a fazer com que cada disciplina assuma funcionalidade prática na vida daqueles que constituem seu público. Assim, as atividades locais desenvolvidas pela comunidade na qual está inserida devem servir de elemento de estudo para o desenvolvimento dos conhecimentos abordados em cada disciplina. A aplicabilidade desses conhecimentos deve ser estudada tendo nas atividades desenvolvidas pelos estudantes na sua vida diária um elemento concreto de estudo. A análise do

contexto social constitui uma atividade rica de aprendizado, pois nela pode-se explorar uma imensidão de aspectos que envolvem conhecimentos científicos e humano.

A educação só alcançará seu fim quando os participantes do processo educativo visualizarem as situações corriqueiras vividas por seus agentes como promotoras de desenvolvimento e construção de saberes. Nessa perspectiva, Charlot (2000) muito contribui com suas pesquisas para a compreensão do processo de construção do conhecimento desenvolvido na escola. Ele aponta que:

[...] aprender é exercer uma atividade em situação: em um local, em um momento da sua história e em condições de tempo diversas, com a ajuda de pessoas que ajudam a aprender. A relação com o saber é relação com o mundo, em um sentido geral, mas é, também, relação com esses mundos particulares (meios, espaços) nos quais a criança vive e aprende (CHARLOT, 2000, p. 67).

Nesse sentido, podemos entender que há uma estreita relação entre realidade vivida pelo discente com as relações estabelecidas pelo cotidiano escolar, sendo que a escola funciona como espaço promotor de situações de aprendizagem, visto que oferece momentos de interação necessários ao desenvolvimento humano, ao agrupar pessoas com ideias e ideais diferentes. Para isso, ela pode e deve estabelecer parcerias com outros órgãos ou entes sociais que, dentro da complexa rede de relações que é a sociedade, possam contribuir com ações especializadas em prol do processo educativo.

As estratégias de fortalecimento da relação do homem com o mundo desenvolvidas no cotidiano escolar funcionam como verdadeiras políticas de permanência desenvolvidas pelos seus agentes mediadores, pois, ao desenvolvê-las, estarão contribuindo para fortalecer o vínculo do discente com a instituição educativa, o que refletirá na diminuição dos índices de evasão escolar. Tais estratégias estão expressas no projeto político pedagógico da escola (PPP, 2014), ele é o meio formal pelo qual a escola registra suas necessidades individuais de atendimento, considerando as características gerais da clientela que abriga e específicas da localidade onde se encontra.

Segundo Vasconcellos, o projeto político-pedagógico pode ser entendido como :

[...] a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É o elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação (VASCONCELLOS, 2002, p. 169).

Por expressar a identidade da escola e suas formas autônomas de atuação buscando garantir uma educação de qualidade esse documento deve ter como principal característica constitutiva a elaboração coletiva. O respaldo legal que garante a participação de toda a comunidade escolar está no art. 14, inciso II da LDB, que defende uma gestão democrática, com transparência, impessoalidade, autonomia, participação, liderança, trabalho coletivo, representatividade e competência.

A efetivação de todas as propostas descritas no projeto político pedagógico é o que, de fato, garantirá que a escola consiga superar o grande desafio aqui descrito: combater a evasão escolar e conseqüentemente garantir que muitos discentes superem os preconceitos e discriminações historicamente enraizadas na sociedade.

5. FAMÍLIA E SUA INFLUÊNCIA NO PROCESSO DE EVASÃO ESCOLAR

As famílias têm papel decisivo no processo de desenvolvimento discente. Não por acaso os constituintes atribuíram a educação como direito de todos e determinou como sendo a família um dos entes com o dever de garanti-la. Como salienta Libâneo (2000, p. 22): “A educação é o conjunto de ações, processos, Influências, estruturas que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na relação ativa com o ambiente natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais.”

A realidade é que muitas famílias, como é o caso das famílias da localidade em da escola “Irmã Maria Raimunda Marques”, não apresentam estrutura psicológica, financeira e social para interferir beneficentemente. O que torna ainda mais difícil garantir que seus filhos tenham uma vida escolar isenta de influências que atrasam

ou até mesmo interrompam esse processo de desenvolvimento. Discentes sentem-se forçados a entregar suas vidas ao trabalho a fim de proporcionar aos entes familiares o bem estar ou, no mínimo, condição de sobrevivência.

Desse modo, mesmo que o anseio de seus pais sejam ter seus filhos bem formados para sua própria dignificação, a realidade na qual se inserem traga seus sonhos e crenças tornando-se um desafio concretizar o direito a educação garantido por lei e, por conseguinte, o cumprimento de um dever que antes lhes causaria muito mais o prazer de ofertar do que a obrigação de oferecê-los. Não raro ainda é a falta de estrutura familiar que garanta tal oferta, visto que muitos discentes tiveram seus lares fragmentados, tornando-os enfraquecidos, o que traz consequências ao processo de desenvolvimento.

No interior da escola portanto se revelam diferentes questões sociais que envolvem o discente: reflexos do desemprego, cansaço pela execução de atividades laborais, fome, problemas de saúde, moradia inadequada, descuido, disparidade social, exclusão social, etc. Neste sentido, lamamoto (1998, p. 75) afirma:

O desafio é re-descobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual; traçar horizontes para a formulação de propostas que façam frente à questão social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivenciam, não só como vítimas, mas como sujeitos que lutam pela preservação e conquista da sua vida, da sua humanidade. Essa discussão é parte dos rumos perseguidos pelo trabalho profissional contemporâneo.

Daí, é importante que a escola visualize estratégias de atendimento, considerando todas essas características que definem o público que nela se encontra. Não se dever ajuizar que a escola deva suprir tais carências, do contrário perderia seu caráter de instituição educativa, mas deve-se considerar tais características ao aplicar metodologias educativas de atendimento. Colocando em prática o que prega o seu PPP (2014).

Faz-se flagrante a necessidade de se considerar a realidade social dos alunos na formulação de táticas de ensino, pois, caso esse cenário social do indivíduo seja ignorado pelos educadores, só fará aumentar a distância entre discentes e a garantia de sucesso da vida escolar dos mesmos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade de subsistência financeira perante o meio social contemporâneo foi citado como determinante principal no processo de evasão escolar na Escola “Irmã Maria Raimunda Marques”. Ademais, fatores externos à instituição foram considerados para o insucesso escolar e, conseqüentemente, o abandono dos estudos.

Diante da problemática apresentada, a escola, por meio de seus agentes intermediadores e atrelada à família, destaca-se como ente central de modificações do panorama exposto. Suas ações tornam-se primordiais ao favorecimento de condições de desenvolvimento ao discente que nela adentra com perspectivas de progresso, mesmo que o contexto social não o favoreça. É preciso que se reafirme, a cada momento, a importância da escola na formação humana e as possibilidades de progresso social trazidas por suas ações. Para isso a implementação de práticas escolares em consonância com a realidade vivenciada pelo discente se faz indispensável.

Na escola é onde as capacidades humanas se revelam e por meio da qual se exercita, compartilha e constrói-se o conhecimento exigido pela sociedade. Entender a escola assim é possibilitar que ela continue a existir, visto que, quem nela adentra vislumbra alcançar o desconhecido através da superação de obstáculos e da transposição dos entraves oferecidos pelo contexto social ao qual pertence.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, M; CASTRO, M. G. Ensino Médio: múltiplas vozes. Brasília: UNESCO, MEC, 2003.

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. Sinopse Estatística da Educação Básica 2007. Acesso em 14 set. 2009. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/>>

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República.

CHARLOT, Bernard. Da relação com o saber. Porto Alegre: Artmed Editora, 2000.

DEMO, Pedro. Desafios modernos da educação. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA J. F.; TOSCHI M. S.; Educação escolar: políticas estrutura e organização. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção Docência em Formação)

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos, Para quê. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

NEVES, Lisandra O. R. O professor, sua formação e sua prática. Acesso em 24/10/2007. Disponível em: <https://sites.google.com/site/professoralisandrarte/formacao-de-professor>.

VASCONCELLOS, Celso S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e político-pedagógico. São Paulo: Libertad, 2002.

PACIEVITCH, Thaís. Evasão Escolar. *Revista Infoescola*, 2009. Acesso em 24/10/2014. Disponível em: <http://www.infoescola.com/educacao/evasao-escolar/>.

PATTO, Maria Helena Souza. A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia, 1987.

_____. Vigotski e o "Aprender a Aprender": crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. São Paulo: Autores Associados, 2000.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Escola Estadual "Irmã Raimunda Marques". Curvelo, 2014.

8. ANEXO

Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual “Irmã Raimunda Marques”

ESCOLA ESTADUAL “IRMÃ RAIMUNDA MARQUES”

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

ELISABETH DA ANUNCIAÇÃO AMORIM

ELIZETE ALVES MATOSO

ROSIMEIRE MARIA DOS REIS

VALÉRIA MASUMI YUKAWA YOSHINAGA

CURVELO - 2014

ESCOLA ESTADUAL “IRMÃ RAIMUNDA MARQUES”.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Adriana Andrade Gonçalves do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Curvelo, 2014

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
1. FINALIDADES DA ESCOLA	9
1.1 – OBJETIVO GERAL	10
1.2 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS	10
1.3 – PRINCÍPIOS	11
1.4 – MISSÃO DA ESCOLA	12
1.5 – VISÃO DA ESCOLA	12
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ESCOLA	13
2.1 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA:	13
2.1.1 - Recursos Humanos	14
2.1.2 - Espaço Físico, Arquitetura do Prédio, Equipamentos e Mobiliário	16
2.1.3 - Recursos Financeiros	17
2.2 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA:	17
2.2.1 - Conselho de Classe	19
2.2.2 - Plano de Ensino	20
2.2.3 - Plano de Aula	21
2.2.4 - Plano de Intervenção Pedagógico	22
2.2.5 – Projetos	21
2.2.6 – Metodologia privilegiada pela escola	22
3. CURRÍCULO.....	23
3.1 DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	25
3.2 DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL.....	25

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES.....	29
4.1 DO CALENDÁRIO ESCOLAR.....	29
5. PROCESSOS DE DECISÃO.....	33
6. RELAÇÕES DE TRABALHO.....	36
7. AVALIAÇÃO	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS	46
ANEXO	48

INTRODUÇÃO

A Escola Estadual “Irmã Raimunda Marques” está localizada na Avenida Esperança –540 – Bairro Esperança. Telefone: (38) 3721 –1944, área urbana da cidade de Curvelo/MG - CEP: 35.790-000. A escola é de responsabilidade do Governo do Estado de Minas Gerais, estando sob a jurisdição da Secretaria de Estado de Educação. Superintendência Regional de Ensino – Curvelo. A Escola Estadual “Irmã Raimunda Marques” atende o nível Ensino Fundamental: Anos Finais (6º ao 9º anos) e modalidade de ensino: regular, sendo atualmente sua gestora a Diretora Elizete Alves Matoso – MASP: 389.541-4. Telefone: (38) 8815-8261 CURVELO/MG, 25 de abril de 2014. O Projeto Político Pedagógico da escola é um caminhar para o futuro, no qual se tem a oportunidade de repensar ações, as quais permitem entender melhor as possibilidades de mudanças, organizar melhor a prática educativa voltada à participação de todos.

O processo de construção e implementação do projeto político-pedagógico, como um instrumento de gestão democrática, para não cair num vazio, não pode prescindir da participação ativa dos atores locais: a comunidade escolar, através de práticas que considerem e se adaptem às especificidades de cada escola e à sua cultura, manifestas nos ritos e práticas dantes mencionados e na consideração da origem dos mesmos. (AZEVEDO p.2).

O Projeto Político Pedagógico, aqui consolidado, é o resultado do trabalho coletivo de todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem: direção, professores, equipe pedagógica, pais, alunos e comunidade local. A Escola expressa a preocupação e o compromisso da comunidade escolar, em pensar na melhoria de da educação no sentido de ir de encontro às necessidades sociais e históricas, que caracterizam a sociedade na atualidade. Nesta perspectiva a escola deve ser compreendida como um espaço de formação social, necessário para produção e disseminação do conhecimento, por meio da discussão e reflexão entre a teoria estudada e a prática almejada, possibilitando assim que os envolvidos expressem suas necessidades e anseios, redefinindo o compromisso da comunidade escolar.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96), a escola pública tem a tarefa de atender a todos com qualidade, garantindo o domínio

do conhecimento científico, interagindo com experiências reais de vida preparando os para viver em sociedade. Para que isso realmente aconteça, precisa-se da constante reflexão sobre o trabalho pedagógico da escola aliado a realidade social vivenciada. Para melhor cumprimento do seu papel, é preciso que a Escola seja repensada na forma de sua organização, tanto pedagógica quanto administrativa, começando pela gestão das práticas educacionais; a gestão de pessoas; gestão de recursos, gestão participativa, e desse modo passa à criar sua própria identidade como e enquanto escola.

A Escola Estadual “Irmã Raimunda Marques” criada pelo decreto nº 17.922, de 25 de maio de 1976, no governo do senhor Antônio Aureliano Chaves de Mendonça, passando a funcionar como unidade autônoma de 1ª à 4ª série deixando a condição de classes anexas da Escola Estadual “Eurípedes de Paula”. Em 25 de janeiro de 1985, por ato do então governador de estado, Hélio Carvalho Garcia e o secretário de educação, Otávio Elísio Alves de Brito, foi criada a extensão de 5ª série e demais séries nos anos subsequentes (resolução nº 5554/85).

O nome dado à Escola de “Irmã Raimunda Marques” é uma homenagem à freira e educadora da “Congregação Clarissa Franciscana Missionária do Santíssimo Sacramento” nascida aos 10 de março de 1921, em Curvelo. Era filha de Doutor Alú Marques e dona Raimunda de Souza Marques. No ano de 2004, a escola sofreu alteração em sua área, foi feita doação pela COHAB (companhia de habitação de Minas Gerais), após um trabalho árduo da direção e de toda a comunidade escolar, o que elevou a área para 4.432,5 metros, já averbada no cartório de registro de imóveis da Comarca de Curvelo/MG. Em 2006, foram feitas novas salas de aulas, inclusive, com a criação da biblioteca/videoteca, bem como, um novo muro para resguardar o patrimônio escolar.

A escola funciona em prédio próprio, onde ministra o Ensino Fundamental (anos finais), com nove salas de aulas, biblioteca, sala de vídeo, precário laboratório de informática, amplos banheiros masculino e feminino, com banheiro exclusivo para cadeirante; ampla cantina, refeitório, depósitos de material de limpeza e gêneros alimentícios; quadra coberta, ampla sala de professores, secretaria, sala de direção e área para cultivo de horta escolar. A escola localiza-se na Avenida Esperança – 540 – bairro Esperança - Curvelo/MG.

Atende a uma clientela bastante homogênea, prevalecendo um nível socioeconômico baixo, sendo que a maioria dos alunos estão cadastrados nos programas sociais do governo, com destaque para o Programa Federal - “Bolsa Família”. A escola está em área periférica da cidade e recebe alunos dos bairros: Esperança, Cidade Nova, Residencial Campestre, Nova Vista e alguns alunos da zona rural de Curvelo.

A Escola Estadual “Irmã Raimunda Marques”, como centro educacional está voltado para o desenvolvimento global do educando, tendo como ponto norteador do trabalho pedagógico e a ação coletiva.

Assim, procura sempre dialogar com todos os segmentos: direção, equipe pedagógica, professores e demais funcionários, pais, alunos e comunidade escolar numa ação conjunta na busca de um ensino que promova a qualidade na educação, no crescimento dos profissionais, na integração Escola / Comunidade e aplicação dos recursos financeiros para o bem comum, como afirma Dourado (2010, p.6).

A qualidade da educação é definida envolvendo a relação entre os recursos materiais e humanos, bem como, a partir da relação que ocorre na escola e na sala de aula, ou seja, os processos ensino aprendizagem, os currículos, as expectativas de aprendizagem com relação à aprendizagem das crianças, etc.

A escola oferece o Ensino Fundamental anos finais 6º ao 9º ano, onde todos envolvidos no PPP comprometem-se com uma educação de qualidade, proporcionando uma interação social aos educandos.

A escola desenvolve também um trabalho educativo de inclusão, no qual reconhece e valoriza as experiências e habilidades individuais do aluno, atendendo suas diferenças e necessidades específicas.

A comunidade tornou-se bastante participativa, principalmente nas oficinas desenvolvidas dentro do Projeto “Escola Viva, Comunidade Ativa” da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais. Tendo sido muito proveitosas todas as oficinas ofertadas, com grande destaque para as oficinas: curso completo de garçom, Babá, LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais e Pintura em seda.

Ao realizar o Projeto Político Pedagógico, todos os participantes têm a oportunidade de diagnosticar os problemas que afetam a escola, pois eles conhecem melhor a realidade da comunidade onde a escola está inserida, ressignificam seus saberes, traçam metas reais. Esse processo de reconhecimento de necessidades define as ações institucionais e com mais clareza suas metas. Faz com que a gestão atue de forma mais eficiente no desenvolvimento dos envolvidos e conduzam melhor sua gestão. É o caráter democrático de gestão se fazendo necessário, deixando clara a importância de sua efetivação.

1. FINALIDADES DA ESCOLA

A educação escolar tem como finalidade o desenvolvimento humano de forma a propiciar-lhe a aplicação de conhecimentos e habilidades desenvolvidos durante sua formação nas instituições de ensino como relata Curry (2007, p.6):

Ter o domínio de conhecimentos sistemáticos é também um patamar sine quanon a fim de poder alargar o campo e o horizonte destes e de novos conhecimentos.

O fazer escolar só se concretiza quando o cidadão é capaz de atuar no meio em que vive de forma autônoma, modificando positivamente a realidade na qual se insere.

Nisso consiste a educação de qualidade: um padrão de ensino que possibilite ao aluno desenvolver-se integralmente para sua vivência em sociedade.

A escola, diante desse papel de grande responsabilidade no desenvolvimento humano, necessita estruturar-se para o atendimento da sua missão. É nesse sentido que a instituição escolar “Irmã Raimunda Marques” desenvolve suas atividades educativas.

Estrutura-se sob o diagnóstico da realidade vivida pelos envolvidos no processo educativo e assenta suas atividades nas necessidades formativas apresentadas por sua clientela.

A escola persegue finalidades. É importante ressaltar que os educadores precisam ter clareza das finalidades de sua escola. Para tanto há necessidade de se refletir sobre a ação educativa que a escola desenvolve com base nas finalidades e nos objetivos que ela define. As finalidades da escola referem-se aos efeitos intencionalmente pretendidos e almejados (ALVES, 1992, p.19).

Nesse sentido elabora e reelabora suas atividades a fim de modificar a realidade dos seus discentes, possibilitando-os crescimento intelectual, social e humano.

1.1 OBJETIVO GERAL

Desenvolver uma Educação de qualidade aos alunos dos anos finais do Ensino

Fundamental, assegurando-lhes meios necessários para a consolidação das competências em cada série/ano de estudo.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Assegurar aos alunos uma aprendizagem significativa e de qualidade;

Assegurar e implementar o Plano de Intervenção Pedagógico;

Promover a recuperação paralela sempre que detectar o não aprendizado do aluno

Promover a recuperação bimestral nas mesmas condições do item anterior;

Melhorar cada vez mais de forma significativa o nível de aprendizagem dos alunos em todos os conteúdos de acordo com o CBC;

Assegurar o domínio de conteúdo básico de aprendizagens conceituais, procedimentais e atitudinais:

Integrar escolar/família/comunidade;

Realizar eventos culturais contribuindo para a formação cultural dos alunos e da comunidade escolar;

Melhorar a leitura, linguagem oral, interpretação, produção de texto e raciocínio lógico matemático;

Promover o fortalecimento dos vínculos de família de laços de solidariedade humana e tolerância recíproca em que se assenta a vida social;

Capacitar de forma contínua os professores assegurando-lhes uma prática pedagógica que promova a aprendizagem dos alunos;

Globalizar o ensino, atendendo o desenvolvimento físico, mental, emocional, e social;

Promover uma escola democrática, participativa, voltada para o coletivo;

Aplicar os recursos financeiros advindos da SEE e governo federal com transparência para o desenvolvimento do aluno;

Usar da autonomia para o sucesso do trabalho e crescimento da instituição escolar sem ferir as leis e;

Promover a inclusão de acordo com a legislação vigente.

1.3 – PRINCÍPIOS

O Projeto Político Pedagógico fundamenta-se nos princípios gerais que norteiam todas as ações administrativas, pedagógicas, financeiras e jurídicas da escola. Tem por fundamento básico as metas de trabalho e os projetos pedagógicos, para que a comunidade escolar assimile ativamente os conhecimentos e adquira convicções de solidariedade, respeito e igualdade entre os seres humanos, assim como hábitos de convivência. As metas levantadas nascem do movimento de ação/reflexão/ação que estão em constante construção.

O Projeto Político Pedagógico é um trabalho construído e vivenciado em todos os momentos e por todos envolvidos no processo educacional como afirma Veiga (2002,p.2):

Nesta perspectiva, as decisões centralizadas no diretor cedem lugar a um processo de fortalecimento da função social da escola por meio de um trabalho coletivo entre todos os segmentos da escola e destes com a comunidade. É necessária a sua alteração constante, considerando a importância das transformações no coletivo da escola e percebendo a necessidade de implementar o

Projeto Político Pedagógico, acompanhando as inovações que fundamentam os princípios teóricos que dão suporte para renovação da Prática Pedagógica, bem como, para atender as legislações vigentes emanadas pela Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais.

O PPP expressa a visão, a missão e os objetivos da instituição, que vão se realizando à medida que as pessoas vivem o dia a dia da escola. É um fazer diário.

1.4 MISSÃO DA ESCOLA

A Escola Estadual “Irmã Raimunda Marques”, deve contemplar e desenvolver uma Educação de qualidade, possibilitando ao aluno o domínio e desenvolvimento das aptidões e habilidades de leitura, escrita e cálculos, num processo de produção e de apropriação do conhecimento. Contribuindo para a formação de alunos aptos a prosseguirem os estudos, o que inclui as habilidades e competências ao término dos nove anos do Ensino Fundamental. Proporciona também, práticas relativas às questões sociais, aprendendo a respeitar e ser respeitado, com atitudes de tolerância social e inclusão.

1.5 VISÃO DA ESCOLA

A Escola Estadual “Irmã Raimunda Marques” fornece uma Educação de qualidade na modalidade Ensino regular e propõe aos concluintes do Ensino Fundamental consolidação das habilidades e competências para que os mesmos possam ser cidadãos competentes e responsáveis para prosseguir os estudos.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ESCOLA

A Escola Estadual “Irmã Raimunda Marques”, segue as orientações da Secretaria de Estado de Educação e Superintendência Regional de Ensino para desenvolver suas atividades e ações, em consonância com a realidade diagnosticada na comunidade onde a escola está inserida, assim realiza um trabalho com comprometimento, coerência e transparência nas áreas administrativa, pedagógica e financeira.

2.1- ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA:

A escola está atualmente sob a direção da professora, Elizete Alves Matoso, formada em Estudos Sociais e Direito, com Especialização em Direito Ambiental e Libras. A mesma cumpre a carga horária de 40 horas semanais. A diretora conhece bem as necessidades da comunidade onde a escola está inserida, apresenta um ótimo relacionamento com sua equipe, pais, alunos e comunidade escolar.

Desenvolve sua função com muita democracia e transparência e está sempre em busca de atualizar seus conhecimentos.

Na gestão de pessoas, para a mesma pressupõe a definição de papéis e das atribuições de cada servidor, em busca da harmonia do ambiente escolar e do alcance das metas estabelecidas.

Compete ao Diretor Escolar, em consonância com a Lei de Diretrizes e bases da Educação - LDB, as seguintes funções: cumprir e fazer cumprir as leis, os regulamentos, as decisões, os prazos para desenvolvimento dos trabalhos e as diretrizes das autoridades superiores, transmitir as diretrizes e discutir conjuntamente com seus servidores a estratégia a ser adotada no desenvolvimento dos trabalhos dentre outros.

O diretor, além das decisões conjuntas, deverá dividir atribuições comuns e responsabilidades, tendo em vista a melhoria do padrão de qualidade da aprendizagem dos alunos e, portanto da educação como um todo. Fato evidenciado por Tessarin (ano 2007, p.28):

O compromisso para o exercício de seu cargo, com as competências e atribuições inerentes ao mesmo, acompanhados da responsabilidade de um líder voltado para a comunidade, seguramente terá uma gestão articuladora que promoverá a qualidade da educação e a cidadania correspondente.

2.1.1 Recursos Humanos

A escola conta com uma equipe de docentes capacitados para cada área de atuação. A equipe pedagógica e administrativa da escola compreende o papel dos docentes como um facilitador da aprendizagem e é ele que detém o poder de coordenação, organização, articulação problematização e sistematização das relações educativas.

Durante o ano letivo sempre há interação, articulação e trabalho em equipe entre os professores. Os planos de ensino, planejamentos e projetos sempre são planejados em consonância com a legislação vigente e sempre visando atender as principais dificuldades dos alunos.

A carga horária dos docentes são 16 horas de regime básico e 8 horas de horas de atividades extraclasse. Todos os docentes da escola possuem Graduação Superior específica a cada área de disciplina ministrada, sendo em sua maioria professores concursados – efetivos.

As atribuições dos docentes estão em consonância com o Estatuto do Servidor – Lei 869/57 e Lei 7.109/77, bem como em consonância com o Regimento Interno. Dentre as atribuições dos docentes, destaca-se: manter registro de frequência diária dos alunos, manter atualizada a escrituração dos diários de classe, zelar pela disciplina em sala de aula, participar de reuniões administrativo-pedagógicas, planejar, executar e avaliar sistematicamente a ação pedagógica, organizar, executar e divulgar as pesquisas e experiências pedagógicas com os demais colegas e Direção, executar o trabalho docente, colaborando na elaboração de instrumentos avaliativos e sua aplicação, fazendo o estudo e o registro dos resultados. Fazer e executar os planejamentos diários em consonância com o Projeto político-pedagógico no Plano de trabalho, no Plano de Intervenção Pedagógico, e aplicar as provas externas, matriz de referências, planejamentos de acordo com o Currículo Básico Comum, participar de cursos, oficinas e palestras dentre outros expresso no Regimento Escolar.

Na área Administrativa trabalham a Diretora, 01 (uma) secretária, responsável por todo o processo de escrita dos alunos, vida funcional dos servidores da escola, assessorar a Direção na execução dos relatórios de pagamentos, avaliação de desempenho e no SIMADE – Sistema Mineiro de Administração Escolar, dentre outros. 01 (um) professor com apostilamento em Ajustamento Funcional na função de Assistente da Educação Básica (ATB) que tem como responsabilidade todo serviço relacionado à escrituração escolar dos discentes e auxilia na confecção de contagem de tempo para a pasta funcional de servidores e ex servidores da escola, responsável pelo patrimônio da escola, auxilia no acompanhamento da frequência dos alunos do Projeto Tempo Integral e outras, perfazendo uma jornada semanal de 40 horas por semana, possuindo formação Superior e curso de computação. A escola compartilha com outras 02 (duas) escolas 01 (um) Assistente da Educação Básica Financeira que auxilia a Direção uma vez por semana no que se refere às finanças da escola; 01 (uma) especialista, que desempenha a função de

acompanhamento pedagógico dos professores, auxilia na reunião de módulo II e demais atribuições pertinentes do cargo.

No ano de 2014, a escola sofreu o impacto na redução do quadro de servidores no que se refere à área administrativa, como sequência da municipalização dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Conta com 03 (três) Auxiliares da Educação Básica que cuidam da alimentação, portaria e limpeza da escola, incluindo 01 (uma) auxiliar para os alunos do Tempo Integral. As funções são: realizar a merenda escolar com higiene e zelo, limpeza das salas de aula, banheiros, corredores e demais dependências da escola e manter controle da entrada e saída das pessoas. Importante destacar que apenas 01 (uma) Auxiliar da Educação Básica é responsável pela confecção da merenda e almoço e lanche do Tempo Integral, estando, pois em consonância com as normas de Higiene da Vigilância Sanitária, as outras duas servidoras ficam para limpeza da escola de modo geral. A biblioteca funciona com horários pré agendados (dias e horários por semana) para atender todos os professores das diversas áreas, sendo uma professora em ajustamento funcional na função “ad hoc” de “professor em uso de Biblioteca”.

2.1.2 - Espaço Físico, Arquitetura do Prédio, Equipamentos e Mobiliário

O prédio da Escola está necessitando de novas reformas, tendo sido enviada planilha para a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, solicitando nova pintura e algumas modificações em sua estrutura física, todas advindas do uso e do tempo, pois a comunidade escolar já é consciente de que a escola é um “bem” de todos, tendo carinho, respeito e cuidados no trato da coisa pública. De modo geral a estrutura física da escola é boa. As salas possuem um bom tamanho, com carteiras, cadeiras apropriadas, armário para guardar materiais e quadro verde e ventilador.

Existem várias dependências sendo elas: 01 (uma) biblioteca com a maioria dos livros catalogados, 09 (nove) salas de aula, 01 (uma) sala ampla para os professores com geladeira e banheiro masculino e feminino, 01 (uma) secretaria que atende bem a demanda de serviços com banheiro, informatizada e máquina Xerox, sala da direção, com geladeira e informatizada, 01 sala para especialista 04 (quatro) almoxarifados assim distribuídos: 01 (um) exclusivo para gêneros alimentícios e

utensílios da cantina, 01 (um) para material de Educação Física, 01 (uma) para material de limpeza. A escola possui uma boa cozinha com todos os equipamentos e utensílios necessários, sendo 01 freezer e 02 geladeiras. Banheiros para os alunos (masculino e feminino), tendo inclusive, banheiro com chuveiro e banheiro para cadeirante.

A escola também conta com algumas rampas de acesso para cadeirantes. A organização das mesas e cadeiras em sala de aula fica sempre a critério dos docentes, pois os mesmos podem colocá-las em fileira, em círculo ou em dupla dependendo da atividade que for desenvolver e os objetivos que deseja alcançar com a mesma.

Existe na escola uma professora que pratica sempre a “roda”, sendo uma metodologia diferenciada para dialogar com os alunos sobre vários assuntos, tais como: os acertos e erros desde a aprendizagem propriamente dita à conduta diária do aluno e sua relação com a escola e colega.

Os alunos demonstram prazer em estar na escola ela é tranquila e adequada para o desenvolvimento das atividades intelectuais. A Escola possui os seguintes recursos que ficam disponíveis para os professores: laboratório de informática (precário), sala de vídeo (televisão e DVD), data show, notebook e quadra coberta para a prática de Educação Física e para uso de prática esportiva pela comunidade e eventos.

2.1.3 - Recursos Financeiros

A escola recebe recursos financeiros da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais específico para manutenção e custeio da escola, sob a Rubrica de CX, devendo o referido recurso ser investido em: pequenos reparos, pagamento de telefone fixo e móvel, aquisição de gás, material de limpeza, material para o aluno, material para uso da secretaria, etc. Recebe recurso do FNDE - verba para a aquisição da merenda escolar, com aplicação de 30% em produtos da agricultura familiar. Recebe também recurso para a Merenda do Projeto Tempo Integral; recurso para as oficinas do Projeto Escola Viva, Comunidade Ativa. No ano de 2014, serão 04 oficinas de futsal masculinas/01 feminina e 01 oficina de pintura em tecido, todos com voluntários. Uma vez por ano a Escola recebe também a verba do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), que é destinada a compra de materiais

permanentes e de consumo. A escola conta com o colegiado que auxilia a direção na gestão escolar, como aplicar a verba recebida, levando em conta a opinião de toda equipe sobre quais são as necessidades da escola. Os recursos destinados para o Capital voltados para compra de materiais permanentes, sempre investidos em materiais voltados para o Ensino Fundamental Anos Finais, visando uma melhoria no ensino aprendizagem. Os recursos para o custeio são destinados à compra de matérias complementares para o uso dos alunos e dos professores, aquisição de material didático-pedagógico; desenvolvimento de atividades educacionais avaliação de aprendizagem, materiais esses que são sempre solicitados pelos professores.

2.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA

É papel do gestor e da equipe pedagógica o acompanhamento contínuo das atividades dos docentes, apoiando e incentivando a utilização dos diversos materiais disponíveis na escola e acompanhar o desenvolvimento dos alunos, elaborando propostas para os estudos monitorados para auxiliar os alunos que ainda não consolidaram as capacidades propostas para cada ano.

A escola por ser pequena proporciona à Direção, professores e demais funcionários conhecer um pouco melhor a realidade dos alunos e seus familiares, tendo um contato muito próximo com os moradores dos bairros vizinhos.

Assim, processo educacional desenvolvido na escola contempla um ensino e aprendizagem refletindo sobre as questões sociais, as dificuldades encontradas no dia a dia dos alunos, dos pais, dos próprios professores e funcionários, criando um ambiente de proximidade, possibilitando encontrar alternativas de superação da realidade.

Neste contexto a Escola Estadual “Irmã Raimunda Marques” tem o objetivo de trabalhar o conhecimento sistematizado pelo aluno a partir de sua realidade, propondo uma interação entre conteúdo e realidade concreta, visando à transformação da comunidade na qual está inserida, através de ações concretas, com destaque para as oficinas do Projeto Escola Viva, Comunidade Ativa.

Segundo as concepções weberianas sobre a escola, a educação escolar serve para que alguns indivíduos sejam reconhecidos socialmente através de honras sociais

positivas ou negativas: “as possibilidades de alcançar honras sociais são determinadas primordialmente pelas diferenças na educação” (Weber, 2002, p.210).

Conforme o autor a educação é concebida como “produção do saber”, pois o homem é capaz de elaborar ideias, possíveis atitudes e uma diversidade de conceitos.

Na escola Irmã Raimunda Marques, os professores ao perceberem que os alunos não corresponderam aos descritores planejados de acordo com os planos de aula, estes recorreram à Direção e especialista para traçarem novas estratégias que passaram a ser contempladas no PIP.

A partir da socialização das práticas pedagógicas desenvolvidas na escola, os próprios alunos já dominam a linguagem pedagógica dos descritores, das habilidades e competências que devem alcançar.

Na construção e na reelaboração do Projeto Político Pedagógico e a partir do diagnóstico realizado pela escola Estadual “Irmã Raimunda Marques” no ano de 2004 e anos seguintes, a Direção, professores, servidores sempre buscaram desenvolver projetos que envolvessem a comunidade escolar. Assim, desde então, percebe-se que houve transformação dos alunos, seus familiares, dos moradores do entorno escolar e, da prática pedagógica e da gestão da escola.

Na prática, não houve milagre, mas um trabalho coerente dentro da concepção dos Currículos Básicos Comuns com do Plano de Intervenção Pedagógico.

O currículo contemplado na escola não é apenas o currículo formal e sistematizado, mas compreende a transversalidade e interdisciplinaridade para trabalhar de forma prazerosa todas as temáticas vivenciadas pelo aluno em seu entorno social.

As reuniões pedagógicas ocorrem quinzenalmente, atendendo ao módulo II, com a participação dos professores, da Direção e especialista e professores do Projeto Tempo Integral, que podem planejar junto com os professores dos anos finais.

A comunidade escolar é convidada a participar de todos os eventos sociais e educacionais da escola. Sempre que necessário a comunidade é convidada a participar. A entrega dos resultados dos alunos é realizada após o lançamento das informações no SIMADE, com a retirada do Boletim de resultados. A escola realiza duas (02) reuniões para a entrega dos resultados, sendo uma de 07h00min as

08h00min horas da manhã e outra de 17h30min as 18h30min horas, oportunizando a participação dos pais que trabalham.

O planejamento pedagógico é feito bimestralmente. Inicia-se o ano letivo com a aplicação das avaliações diagnósticas, em todas as disciplinas. Os professores tabulam os resultados (mapas) que após analisados pela especialista e direção juntamente com o professor da disciplina, montam o PIP, após, cada professor realiza o planejamento bimestral, que pode ser alterado sempre que necessário

Portanto, foi fundamental mudar a prática pedagógica da escola, contemplando e valorizando os saberes intra e extramuros escolares, contribuindo para o pleno desenvolvimento das capacidades, competências e habilidades dos educandos, com atividades interativas, criativas, inovadoras, contextualizadas promovendo o crescimento do aluno.

2.2.1 Conselho de Classe

O Conselho de Classe na escola é organizado como um momento de reflexão conjunta, avaliação do trabalho desenvolvido e do desempenho dos alunos. É uma revisão crítica, uma reorientação crítica, uma reorientação repensando uma metodologia empregada, para o desenvolvimento dos conteúdos.

É um espaço para discutir e traçar coletivamente alternativas de ação favorecendo a consciência pessoal e do grupo.

As reuniões do Conselho de Classe são organizadas contando com a presença dos professores, equipe pedagógica, direção, pais e alunos dependendo do objetivo e necessidades detectadas.

A escola Irmã Raimunda Marques, realiza um “pré conselho”. Nele são discutidas questões relativas ao resultado parcial do aluno antes do término do bimestre, ou seja, quais os alunos que estão necessitando de intervenção e atendimento mais individualizado. Todos os professores descrevem quais os alunos que apresentaram melhora na aprendizagem, na disciplina e quais os alunos que apresentaram comportamento que deixou a desejar. A partir desta análise, são realizadas as intervenções e a recuperação paralela. Após esta etapa, os professores se reúnem e

promovem o conselho de classe final, com todos os resultados e frequência dos alunos.

O “Conselho de Classe” na escola tem por objetivo analisar o processo de aprendizagem dos alunos, refletir sobre o trabalho em sala de aula com os mesmos.

Detectar os alunos que necessitam de estratégias de atendimento diferenciado, para alcançar com êxito o sucesso na aprendizagem.

Definir coletivamente propostas de trabalho, para minimizar as dificuldades apresentadas.

2.2.2 Plano de Ensino

O plano de ensino da Escola Estadual “Irmã Raimunda Marques” consiste na organização do processo de trabalho a ser desenvolvido no ano letivo em curso, em cada turma e em cada disciplina específica. Considera o material elaborado pela equipe da Superintendência Regional de Ensino, para as turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental – PIP anos finais, que consiste na elaboração de várias atividades com os descritores.

A elaboração do plano de aula é competência do professor responsável pela disciplina e com a equipe pedagógica da escola, decorre, assim, que o docente conhece quais são as suas turmas. Para elaboração do plano de ensino, o professor precisa conhecer as características de cada aluno (o que domina e o que não consolidou), de cada turma, os conteúdos específicos, o nível de rendimento esperado dos alunos, as diretrizes e orientações curriculares emitidas pela SEE, o Projeto Pedagógico da Escola, levando em consideração as avaliações diagnósticas realizadas no início do ano letivo.

2.2.3 Plano de Aula

Planejamento que compõe a rotina diária do trabalho pedagógico. Consiste no detalhadamente do Plano de Ensino, tendo em vista sua operacionalização sistemática, e deve contemplar: As necessidades e os avanços já alcançados pelos alunos e a intervenção pedagógica no tempo certo, a coerência que deve existir entre as capacidades a serem desenvolvidas, bem como os descritores e as atividades e conteúdo que devem ser trabalhados em consonância com os cadernos

os Conteúdos Básicos Comuns – CBC, Matriz de Referências, Boletins do PROEB, Plano de Intervenção Pedagógico, dentre outros, o desenvolvimento dos alunos nos conteúdos propostos, visando sempre se há necessidade de rever ou continuar os conteúdos.

2.2.4 - Plano de Intervenção Pedagógico

A escola elabora o Plano de Intervenção Pedagógico a partir dos resultados das avaliações internas (diagnósticas e regulares e avaliações externas/PROEB), devendo ser coerente com Projeto Pedagógico da Escola. Sendo o instrumento fundamental para garantir melhor aprendizagem dos alunos e o cumprimento das metas da escola. A escola sempre recorre ao Boletim do PROEB com uma análise pormenorizada de forma seja reelaborado o Plano de Intervenção Pedagógico, com o uso dos seguintes recursos: atendimento aos alunos em turmas do Projeto de Tempo Integral, laboratório de aprendizagem, enturmação temporária por conteúdo; quando se faz necessária, enturmação temporária por turmas contemplando os níveis de dificuldades; atendimento a pequenos grupos de alunos de forma sistematizada; utilização da Biblioteca com o espaço dinâmico de leitura.

2.2.5 Projetos

A Secretaria de Estado da Educação apoia o desenvolvimento da Gestão Pedagógica através da subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica e coordena vários projetos. A Escola Estadual “Irmã Raimunda Marques” participa de alguns projetos de acordo com a sua clientela, tais como, a “Escola Viva, Comunidade Ativa” e o Projeto “Tempo Integral”.

2.2.6 Metodologia privilegiada pela escola

A Escola Estadual “Irmã Raimunda Marques” adota uma metodologia inovadora, participativa e dialógica.

Bimestralmente são elaborados planejamentos interdisciplinares dos conteúdos curriculares e temas transversais de acordo com as necessidades da clientela e realidade escolar.

Os Conteúdos e Projetos são contextualizados para uma participação ativa e efetiva

dos alunos, professores e comunidade escolar.

Os professores atuam como mediadores na construção do conhecimento, diagnosticando continuamente a aprendizagem dos alunos para replanejamento do trabalho. Os trabalhos são diferenciados de acordo com a clientela, procurando atender as diferenças de cada turma. Quanto aos anos finais do Ensino Fundamental a maioria dos professores trabalha interdisciplinaridade em forma de projetos.

3. CURRÍCULO

A Escola Estadual “Irmã Raimunda Marques” segue todas as orientações da Secretaria Estadual de Educação no que se refere ao currículo vivenciado no âmbito escolar. De acordo com Silva (2001), no Brasil, o currículo seguiu a influência americana tecnicista e foi entendido a princípios pelos diretores e professores, como a organização de matérias ou disciplinas e conteúdo a serem estudados.

Com o passar do tempo o Currículo passou a ser entendido e vivenciado como o processo que lida e discute ideias, conhecimentos, hábitos, valores, teorias, técnicas, competências e habilidade, dispostos em conjuntos de matérias e disciplinas escolares e respectivos programas.

Para Silva (2001), não há como se pensar em currículo sem discutir a questão central,

atribuída ao currículo: saber qual conhecimento deve ser ensinado ao aluno.

O conhecimento é sempre o resultado de uma relação: de um universo mais amplo de conhecimento e saberes seleciona-se aquela parte que vai construir precisamente, o currículo. A teoria do currículo tendo decidido quais conhecimentos devem ser selecionados buscam justificar por que esses conhecimentos e não “aqueles” que devem ser selecionados. (SILVA, 2001, p15)

A Escola Estadual “Irmã Raimunda Marques” ministra os anos finais do Ensino

Fundamental, tendo como amparo legal a Resolução 2197/2012, nos artigos 27 e 28 transcritos “in verbis”

O Ensino Fundamental, etapa de escolarização obrigatória, deve comprometer-se com uma educação com qualidade social e garantir ao educando:

- I. O desenvolvimento da capacidade de aprender, com pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II. A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III. A aquisição de conhecimentos e habilidades, e a formação de atitudes e valores, como instrumentos para uma visão crítica do mundo;
- IV. O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

O Ensino Fundamental com duração de nove anos, estrutura-se em 4 (quatro) ciclos de escolaridade, considerados como blocos pedagógicos sequenciais:

- I. Ciclo da Alfabetização, com a duração de 3 (três) anos de escolaridade, 1º, 2º e 3º ano;
- II. Ciclo Complementar, com a duração de 2 (dois) anos de escolaridade, 4º e 5º ano;
- III. Ciclo intermediário, com duração de 2 (dois) anos de escolaridade 6º e 7º ano;
- IV. Ciclo de Consolidação, com duração de 2 (dois) anos de escolaridade 8º e 9º ano.

O Ensino Fundamental, com duração de nove anos, estrutura-se em 4 (quatro) ciclos de escolaridade, considerados como blocos pedagógicos sequenciais:

- I. Ciclo da Alfabetização, com a duração de 3 (três) anos de escolaridade, 1º, 2º e 3º ano;
- II. Ciclo Complementar, com a duração de 2 (dois) anos de escolaridade, 4º e 5º ano;
- III. Ciclo Intermediário, com duração de 2 (dois) anos de escolaridade, 6º e 7º ano;
- IV. Ciclo da consolidação, com duração de 2 (dois) anos de escolaridade, 8º e 9º ano. (SEE-MG, 2012. p 05)

A Escola Estadual “Irmã Raimunda Marques” atende o ciclo intermediário e da consolidação o qual deve ampliar e intensificar, gradativamente, o processo educativo no Ensino Fundamental, bem como considerar o princípio da continuidade da aprendizagem, garantindo a consolidação da formação do aluno nas competências e habilidades indispensáveis ao prosseguimento de estudos no Ensino Médio. E ainda de acordo com a resolução 2197/12 no artigo 31 determina os conteúdos obrigatórios que devem constar no currículo:

Os Componentes Obrigatórios do ensino Fundamental que integram as áreas de conhecimento são os referentes a:

I. Linguagens:

- a) Língua Portuguesa;
- b) Língua Materna, para populações indígenas;
- c) Língua Estrangeira Moderna;
- d) Arte, em suas diferentes linguagens: cênicas, plásticas e, obrigatoriamente, a musical;
- e) Educação Física.

II. Matemática.

III. Ciências da Natureza.

IV. Ciências Humanas:

- a) História;
- b) Geografia;

V. Ensino Religioso.

Relativamente ao Ensino Religioso a Escola, no ato da matrícula, informa ao pai ou responsável que o aluno poderá optar por frequentar ou não a disciplina, porém, outra atividade deverá ser ofertada ao aluno. A escola expõe com clareza que a disciplina não trabalha com o conceito de religião e sim, valores humanos. A escola nunca enfrentou problemas no que se refere à oferta do Ensino Religioso e, todos os alunos frequentam as aulas.

3.1 DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Na resolução SEE-MG 2197/12 em seus artigos 44, 45,46 resguarda aos alunos com atendimento educacional especializado a sua permanência no ensino regular, assim como deverá estar assegurado no regimento escolar e no projeto político pedagógico:

DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Art. 44 A Educação Especial, modalidade transversal a todas as etapas e modalidades de ensino, é parte integrante da educação regular, destinada aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades /superdotação, devendo ser prevista no Projeto Político-Pedagógico e no Regimento Escolar.

Art. 45 O Projeto Político-Pedagógico da Escola e o Regimento Escolar devem contemplar as condições de acesso, percurso e permanência dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação nas escolas comuns do ensino regular, garantindo o processo de inclusão.

Art. 46 O Atendimento Educacional Especializado – AEE, deve identificar, elaborar, organizar e oferecer os recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas, em constante articulação com os demais serviços ofertados.

A Escola Estadual “Irmã Raimunda Marques”, de conformidade com a legislação vigente, promoverá todos os esforços necessários para o acesso e permanência dos alunos com deficiência em seu percurso escolar.

Os alunos com deficiência serão assistidos pela equipe pedagógica, que fará o acompanhamento através do PDI.

A escola utilizará de todos os recursos pedagógicos e de acessibilidade a fim de eliminar barreiras aos alunos com deficiência.

3.2 DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

A Educação em tempo integral é um projeto cujo objetivo é oferecer aos alunos espaços educativos diferentes do ensino regular e com qualidade e quantidade diariamente de 3 horas visando uma jornada escolar maior, favorecendo um aprendizado eficaz.

Em conformidade com a resolução 2197/12 em seu artigo 84, parágrafo único:

A jornada escolar ampliada deve ter a duração mínima de 3 (três) horas diárias durante todo o ano letivo e contemplar a formação além da Escola, com a participação da família e da comunidade.

As atividades da jornada ampliada podem ser desenvolvidas dentro do espaço escolar, conforme a disponibilidade da Escola, ou fora dele, em espaços distintos da cidade ou do entorno em que está situada a unidade escolar, mediante as parcerias estabelecidas. (SEE-MG, 2012 p18)

A grade curricular do PROETI já vem no formato da SEE-MG, sendo que a escola faz apenas a opção dentro das atividades complementares.

Na E.E. “Irmã Raimunda Marques” ficou definido as seguintes atividades complementares: Alfabetização e Letramento, histórias em quadrinhos, compostagem do solo (horto e horta escolar).

Sabe-se, no entanto, que o projeto político pedagógico é um documento que requer atualização anual, segundo Veiga:

[...] o projeto político pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é vivenciado em todos os momentos, por todos envolvidos com o processo educativo da escola. O projeto busca uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais coletivos da população majoritária.

É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. (VEIGA 1996, p.12-13 apud BRANDÃO 2005)

A E.E. “Irmã Raimunda Marques” está subordinada a legislação vigente: a resolução SEE-MG 2197/12, a LDB 9394/96, de acordo com LOPES, a escola acaba sob um poder dominante com anos anteriores, a sociedade capitalista.

Se o Estado deixa de ser o centro da ação política e se o poder perde seu centro, as ações contra-hegemônicas engendradas a partir da ênfase em uma interlocução com o Estado perdem sua força. Considero, assim, que as ações visando à formação de novas hegemônias devem ser pensadas também a partir de diferentes centros de poder que perpassam nosso próprio cotidiano, na pesquisa, nas escolas, na socialização e produção de concepções curriculares e, portanto, de cultura. Uma das dificuldades, entre tantas, passa a ser de entender como cada ação pode ser capaz de engendrar processos de dominação como discursos e práticas podem gerar projetos excludentes, não apenas porque assimilam os discursos aqui analisados, mas porque os produzem em nível local e global. (LOPES, 2006,p.39-40)

A equipe gestora da E.E. “Irmã Raimunda Marques” está vigilante para não gerar em seu projeto, o currículo escolar com ações que excluem a comunidade escolar seja em qualquer dimensão.

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

De acordo com Freitas (2004), o espaço escolar é entendido como um local em interface com a realidade do entorno da escola e regido por princípios democráticos, portanto é o espaço no qual a comunidade escolar deve atuar em prol da educação, seguindo a legislação vigente.

A escola segue as orientações legais para o cumprimento dos dias letivos e conseqüentemente sua carga horária, a saber, nos anos finais do Ensino Fundamental serão cumpridos os 200 dias letivos distribuídos com carga horária de 833:20, excluídos deste cômputo 66:40 destinados ao recreio.

4.1 DO CALENDÁRIO ESCOLAR

O Calendário escolar é definido como um instrumento de relevância na organização dos trabalhos escolares, o qual define parâmetros gerais relativos à organização do ano escolar nos estabelecimentos de ensino.

Ele determina as datas previstas para o início e o término dos períodos letivos e as demais atividades, conforme legislação específica publicada pela Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, no Órgão Oficial “Minas Gerais” e é enviado para à escola para devida adaptação com a realidade de cada instituição escolar, quando adaptado deverá ser aprovado em reunião pelo Colegiado escolar, em seguida homologado pela SRE. Por atender alunos da zona rural, a E.E. “Irmã Raimunda Marques” necessita de transporte escolar, portanto o calendário escolar deve ser compatível com o calendário da Secretaria Municipal de Educação de Curvelo. Cabe à inspeção Escolar supervisionar o cumprimento do calendário escolar e as atividades nele previstas, sendo 200 (duzentos) e carga horária de 833 horas e 20 minutos.

A escola para fins de organização pedagógica e para atender a demanda do SIMADE, divide o ano por bimestre, sendo 04 bimestres assim mensurados: 1º bimestre (fevereiro, março e abril); 2º bimestre (maio, junho e julho); 3º bimestre (agosto e setembro) e 4º bimestre (outubro, novembro e dezembro), sendo 05 horários de segunda à sexta-feira, incluindo as aulas de Educação Física que ocorrem dentro do horário normal de aula.

As aulas iniciam-se às 7 horas da manhã, com intervalo do recreio de 9:30 às 9:45 e término das aulas às 11:30 horas.

A escola funciona em dois turnos sendo, Matutino 6º ao 9º anos e a ampliação do tempo na escola é uma realidade na E.E. Irmã Raimunda Marques. No turno vespertino desenvolve atividades do projeto de tempo integral e nos finais de semana oficinas do Projeto Escola Vivas, Comunidade Ativa, projetos esses que tendem a melhorar a qualidade da educação, conforme aborda Cavaliere (2007, p.2):

A ampliação do tempo diário de escola pode ser entendida e justificada de diferentes formas: (a) ampliação do tempo como forma de se alcançar melhores resultados da ação escolar sobre os indivíduos, devido à maior exposição destes às práticas e rotinas escolares; (b) ampliação do tempo escolar como adequação da escola às novas condições da vida urbana, das famílias e particularmente da mulher; (c) ampliação do tempo como parte integrante da mudança na própria concepção de educação escolar, isto é, no papel da escola na vida e na formação dos indivíduos.

O Projeto Tempo integral inicia-se às 11:30, com almoço, atividades de higiene dos alunos, atividades pedagógicas, recreativas, oficinas e outras.

As reuniões, dentre elas: conselho de classe, módulo II, reuniões de pais para entrega de resultado e assembleias com a comunidade. Os conselhos de classe estão previstos no calendário escolar, com vistas à, preparação e a participação dos professores das turmas, do supervisor pedagógico, dos pais, da comunidade, sempre com a participação da direção e especialista da educação, sendo que as reuniões com os pais são realizadas em 02 (dois) horários distintos, permitindo maior participação destes na vida escolar de seus filhos.

As reuniões são planejadas com pauta para cada turma, o que permite discutir de maneira pormenorizada as necessidades pedagógicas de cada turma.

As reuniões pedagógicas são diferenciadas e acontecem quinzenalmente, não tendo dia da semana pré-definido usando do módulo II com duração de 4 horas e trinta minutos, em horário extraturno (sempre à noite). A participação dos professores é obrigatória, pois além de fazer parte de suas atribuições, proporcionando tempo e

espaço de reflexão e aprimoramento profissional. O principal objetivo da reunião pedagógica é a formação continuada dos professores, através de estudos e da reflexão

sobre a prática pedagógica, bem como, solucionar problemas que acontecem no dia a dia da escola.

As atividades extraclasse são cumpridas parte na escola, outra parte à critério do professor em conformidade com a legislação. Na escola, o professor utiliza as “chamadas janelas” existentes no horário para realizar atividades de leitura da legislação, bem como, atividades de planejamento de planos de aula, xerox de atividades, cumprindo as referidas horas atividades de acordo com o número de aulas do cargo conforme a decreto nº 46 125/13.

Todos têm o dever de participar e o direito de falar, expressando suas necessidades, dúvidas, certezas, aprendizados e vivências. Os professores têm plena liberdade para expressar suas ideias e são respeitados em suas opiniões e conhecimentos, o que gera um ambiente de amabilidade entre todos. As reuniões são organizadas com pauta de assuntos a serem discutidos, com a presença da direção e especialista, com devido registro em ata e assinatura dos participantes. O docente que não participa das reuniões pedagógicas ou das horas atividades, deixará de receber pelas horas destinadas a elas.

Nas reuniões pedagógicas inclui-se o conselho de Classe, sendo este um momento utilizado pela Escola para analisar os avanços e/ou retrocessos dos alunos; o desempenho dos professores e da equipe escolar. O Conselho de Classe é realizado com a intenção de aprimorar a prática educativa, através de discussões sobre a disciplina, o comportamento e as dificuldades de cada aluno. De acordo com Navarro(2004, p 39), preleciona que o conselho deve:

[...] caberá ao Conselho Escolar identificar os aspectos contemplados nas respectivas avaliações e verificar como se situa a escola em cada um deles. Assim, pode ser feito um mapeamento de todos os aspectos discriminados nas avaliações e, depois de identificar os pontos fortes, médios e fracos da escola, propor encaminhamentos para a melhoria dos processos pedagógicos e dos resultados obtidos. Além disso, importante também é identificar a responsabilidade sobre cada um dos encaminhamentos feitos, isto é, quem é o responsável pela

implementação da medida proposta. Completando o panorama, é necessário estabelecer um cronograma para o desenvolvimento dessas ações, que seja possível para a escola.

O planejamento consiste em atender as reais necessidades de cada turma e, em especial de cada aluno, contemplando as necessidades e os avanços de todos os alunos, e a intervenção pedagógica e, para isso busca estabelecer coerência entre as capacidades a serem desenvolvidas, bem como os descritores as atividades e conteúdos que devem ser executados em consonância com os Conteúdos Básicos Comuns – CBC, O PIP e a sequência didática ofertada pela Superintendência Regional de Ensino, dentre outros

5. PROCESSOS DE DECISÃO

No âmbito escolar vivencia-se uma grande autonomia no que se refere à tomada de decisões, sendo que autonomia significa a capacidade de cada um e do grupo para a tomada de decisão, sua realização concretiza no âmbito escolar pela participação e na autonomia das escolhas na construção participativa.

Na organização formal de nossa escola, o fluxo das tarefas das ações e principalmente das decisões é orientado por procedimentos formalizados, prevalecendo as relações hierárquicas de mando e submissão, de poder autoritário e centralizador. Uma estrutura administrativa da escola adequada à realização de objetivos educacionais, de acordo com os interesses da população, deve prever mecanismos que estimulem a participação de todos no processo de decisão. Isto requer uma revisão das atribuições específicas e gerais, bem como da distribuição do poder e da descentralização do processo de decisão. Para que isso seja possível há necessidade de se instalarem mecanismos institucionais visando à participação política de todos os envolvidos com o processo educativo da escola. .(VEIGA, 2002 p.8).

Quanto à Comunidade Escolar, já se sabe da sua força, do quanto é útil e imprescindível a sua ação no interior da Escola.

Para alguns pesquisadores, a participação das famílias na Escola não resulta apenas em possibilidades de consolidar a democracia na Escola. Para eles, a

participação é um espaço que possibilita aos sujeitos a construção sua autonomia e o exercício da liberdade.

A esse respeito, Gadotti (1994, p.42) relata:

A participação e a democratização num sistema público de ensino é a forma mais prática de formação para a cidadania. Além “da formação da cidadania, a participação também é apontada como instrumento de formação de familiares do aluno”.

A Escola Estadual “Irmã Raimunda Marques” procura desenvolver um trabalho bastante articulado com a comunidade promovendo eventos para inseri-los no seu cotidiano, bem como, no processo ensino-aprendizagem.

A escola busca sempre desenvolver a integração com a comunidade, através de reuniões periódicas, para discussão do trabalho realizado e análise dos resultados obtidos em todos os aspectos, com o objetivo de replanejar de acordo com as sugestões do coletivo: escola / comunidade.

Frequentemente a família é informada quanto ao desempenho do aluno em seu desenvolvimento global, nas avaliações internas e são os resultados obtidos.

A participação na escola significa, portanto a intervenção dos usuários profissionais da educação, dos alunos e pais na gestão da escola.

A Direção da escola busca sempre o apoio do Colegiado Escolar que procura as famílias dos alunos os quais se encontram faltosos, medida para evitar evasão escolar, bem como, solucionar problemas de indisciplina através de reuniões com os pais dos alunos com comportamento de transgressão, na mediação de conflitos.

A equipe diretiva expõe seus conflitos, discute e trabalha suas divergências, valoriza o diálogo em todos os níveis e em todas as situações de conflito. Os profissionais da escola são coerentes quanto ao que ensinam e o que praticam, são exemplos daquilo que pregam. Os direitos, deveres, limites e normas considerados básicos para regular as relações pessoais e profissionais são definidos de forma democrática e coletiva, o que prevalece na escola, às relações solidárias, o diálogo e a cooperação entre todos da equipe e comunidade escolar.

O processo de indicação/escolha da Direção da Escola Estadual “Irmã Raimunda Marques, desde que foi implantado pela Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, segue o processo formalizado de Certificação e Eleição conforme legislação vigente”.

Todos os processos de indicação ocorridos na escola priorizaram o respeito entre as pessoas que pleitearam a gestão, não tendo sido registradas ocorrências desagradáveis entre os candidatos e eleitores. Importante destacar que já ocorreu processo sem a formação de chapas para a disputa, tendo sido apenas referendada pelo Colegiado Escolar a chapa que permanece frente à Direção da escola, por 10 anos consecutivos. Todas as decisões na dimensão financeira e administrativa da escola “Irmã Raimunda Marques”, é realizada com a efetiva participação do Colegiado Escolar, que opina, sugere e fiscaliza, sendo importante respaldo para que todas as ações sejam concretizadas em prol do bem comum dos alunos, funcionários e da comunidade escolar, sempre em consonância com as legislações do Colegiado Escolar, administrativa e financeira.

A dimensão pedagógica é acompanhada pelo colegiado escolar, que colabora e muito em vários pontos que podem acarretar prejuízos na aprendizagem dos alunos.

Exemplificando, uma das ações do Colegiado da Escola é acompanhar problemas que envolvem evasão e faltas dos alunos, indo, se necessário, até as casas dos alunos para conversar com os pais ou responsáveis e, abordam os mesmos sobre o “por quê” das faltas e busca o retorno do aluno para a sala de aula, assim, algumas evasões foram evitadas.

Relativamente à autonomia da Escola, importante observar que a dimensão mais ampla é a pedagógica, tendo em vista que não existe uma “receita pronta” para o ensinar e aprender.

A escola utiliza várias metodologias para ministrar aulas, não discriminando nenhuma, pois a abordagem pelo professor deve atender a diversidade da turma e de cada série, e da capacidade de cada professor em inovações visto que o mundo globalizado exige professor também atualizado tanto em informática quanto em conhecimento.

Assim, os profissionais da Escola sentem-se muito confortáveis ao que se refere ao à prática pedagógica no processo de “ensino-aprendizagem, tendo eles liberdade para escolher como devem desenvolver o trabalho nas turmas e, talvez, o fator que contribui significativamente para essa liberdade, seja o reduzido número de turmas e número de alunos por turma”.

A Escola conta, formalmente, apenas com o Colegiado Escolar para a tomada de decisões, no entanto, o grupo de professores, em sua maioria, aponta sempre boas sugestões para a gestão da escola.

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

As relações interpessoais entre corpo docente e direção da escola demonstram um ótimo nível de satisfação, sendo que, o desenvolvimento organizacional requer mais do que uma boa convivência social. Apesar da importância das relações interpessoais no desenvolvimento das instituições, a equipe gestora leva em consideração outros elementos como as competências pessoais, a formação profissional, os planos de trabalho de cada um. É nessa interação que a teia da convivência, da partilha das experiências e do conhecimento se constrói. É neste processo que a diretora desenvolve seu trabalho.

São pessoas diferentes, mas que, sob o teto da instituição escolar, irmanam-se no objetivo comum: propiciar a aprendizagem a todos os alunos. É neste processo pedagógico que se identifica a escola e todos que aí trabalham. Pois é a equipe gestora que faz convergir essas forças de trabalho em favor do sucesso de todos os alunos.

É importante reiterar que, quando se busca uma nova organização do trabalho pedagógico, está se considerando que as relações de trabalho, no interior da escola deverão estar calcadas nas atitudes de solidariedade, de reciprocidade e de participação coletiva, em contraposição à organização regida pelos princípios da divisão do trabalho da fragmentação e do controle hierárquico. É nesse movimento que se verifica o confronto de interesses no interior da escola.

Por isso todo esforço de se gestar uma nova organização deve levar em conta as condições concretas presentes na escola. Há uma correlação

de forças e é nesse embate que se originam os conflitos, as tensões, as rupturas, propiciando a construção de novas formas de relações de trabalho, com espaços abertos à reflexão coletiva que favoreçam o diálogo, a comunicação horizontal entre os diferentes segmentos envolvidos com o processo educativo, a descentralização do poder. A esse respeito, Machado Apud Veiga assume a seguinte posição: "O processo de luta é visto como uma forma de contrapor-se à dominação, o que pode contribuir para a articulação de práticas emancipatórias" (1989, p. 30). A partir disso, novas relações de poder poderão ser construídas na dinâmica interna da sala de aula e da escola. (Veiga 2002 p.9).

A Escola conhece e mantém estreito relacionamento com o Conselho Tutelar, trabalha de forma cooperativa e, busca auxílio nele em caso de necessidade. Mantém formas de comunicação e informação abertas, socializando e propiciando transparência de suas ações.

No que se refere ao envolvimento da escola com a comunidade percebe-se uma grande interação, todos da escola conhecem e se preocupam com os problemas da comunidade. A escola percebe os valores desta comunidade e sempre está de portas abertas para receber a todos da comunidade que necessitam de ajuda ou orientação.

Os funcionários da escola destinam um tempo semanal para a capacitação em serviço e trabalho coletivo, há na escola, debates e trocas de experiências entre seus profissionais, os quais sempre procuram viabilizar a capacitação profissional, principalmente a capacitação na área em que atua que é sempre valorizada. O gestor incentiva seus profissionais a participarem de seminários, cursos e grupos de estudo, existem critérios claramente definidos para a participação em cursos de atualização e/ou aperfeiçoamento. A avaliação de desempenho e o perfil do profissional desejado pela escola são levados em consideração para o encaminhamento do profissional para cursos de capacitação.

Um aspecto que se destaca na escola é a boa convivência entre os servidores da escola. Quando acontece alguma situação desagradável, a mesma é enfrentada pela Direção e os envolvidos antes que tome uma proporção maior, ou seja, que inviabilize um diálogo respeitoso.

Com todos os problemas que estamos assistindo pelos meios de comunicação ou mesmo reportados pelos colegas de trabalho, um dado que chama a atenção na escola é o respeito que os alunos têm com os professores, funcionários e direção.

7. AVALIAÇÃO

O processo avaliativo, fase imprescindível no processo de aprendizagem deve ser entendido e utilizado com diagnóstico daquilo que é trabalhado nas aulas durante o período letivo. A visão apenas quantitativa do processo avaliativo, no entanto, não condiz às finalidades do ensino, principalmente na conjuntura educacional atual, onde as atividades educativas devem ser elaboradas e reelaboradas a todo o momento, de acordo com as necessidades contextuais.

O processo avaliativo deve refletir o que deve ser aprimorado no trabalho do educador, pois ela é a verificação de consolidação das capacidades e habilidades desenvolvidas pelos alunos a partir do trabalho diário realizado em sala de aula. Todos os tipos de avaliações devem conter questões fáceis, medianas e complexas valorizando, com verificação da aprendizagem dos alunos em momentos diversos das competências e habilidades que foram ou que ainda necessitam ser consolidadas pelos alunos da escola.

Na E.E. “Irmã Raimunda Marques” as avaliações são divididas da seguinte forma: 1º bimestre - 25 pontos, 2º bimestre - 25 pontos, 3º bimestre - 25 pontos e 4º bimestre - 25 pontos, antes do final do bimestre, a direção, juntamente com a especialista realizam reunião pedagógica denominada de “pré-conselho”, usando do módulo II, para averiguarem o desenvolvimento dos resultados prévios e, conseqüentemente, verificam como serão realizadas as recuperações de conteúdo e notas e, somente após as recuperações. Ao final de cada bimestre realiza-se o conselho de classe, onde são levantados temas voltados para as turmas individualmente, principalmente a frequência, os alunos ainda requer a consolidação das habilidades, indisciplina, falta de apoio em casa, principalmente no acompanhamento da vida escolar do aluno.

A avaliação no ensino fundamental é diagnóstica, formativa e somativa, baseada em cada capacidade definidas para cada ciclo de escolaridade, de forma e orientar a organização da prática educativa em função das necessidades de desenvolvimento dos alunos. Entender essa função da avaliação inserida no processo educativo faz dela um instrumento eficaz, já que orientará o educador na reelaboração de práticas que atenderão às reais necessidades dos educandos.

Acompanhar as atividades e avaliá-las levam-nos a reflexão com base em dados concretos sobre como a escola organiza-se para colocar em ação seu projeto político-pedagógico. A avaliação do projeto político pedagógico, numa visão crítica, parte da necessidade de se conhecer a realidade escolar, busca explicar e compreender ceticamente as causas da existência de problemas bem como suas relações, suas mudanças e se esforça para propor ações alternativas (criação coletiva). Esse caráter criador é conferido pela autocrítica.

Avaliadores que conjugam as ideias de uma visão global, analisam o projeto político-pedagógico, não como algo estanque desvinculado dos aspectos políticos e sociais. Não rejeitam as contradições e os conflitos. (Veiga 2002p.9).

De acordo com a LDB 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), deve assumir um caráter processual, formativo e participativo, ser diagnóstica, contínua, e cumulativa, utilizar vários instrumentos, recursos e procedimentos, prevalecendo os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, assegurar tempos e espaços diversos para que os alunos com menor rendimento tenham condições de ser atendido durante o ano letivo; prover, obrigatoriamente, intervenções pedagógicas, para garantir a aprendizagem.

As avaliações não devem ser excludentes, na verdade, o tema “avaliação” deve ser sempre pensado como uma via de mão dupla, sendo, na verdade um instrumento não somente para averiguar a aprendizagem do aluno, serve, também, de referência para averiguar a prática pedagógica do professor. O professor da E.E. “Irmã Raimunda Marques” avalia os alunos qualitativamente e quantitativamente, considerando que avaliar é um procedimento que deverá respeitar os alunos, e as suas particularidades, pois todos são capazes de apreensão do conhecimento, no seu tempo. O importante é não deixar o aluno que ainda não consolidou totalmente

as competências de lado, conforme orientação da SEE-MG nenhum aluno a menos, todos juntos.

Assim, além da avaliação do desempenho dos estudantes, deve-se procurar estabelecer um cronograma que contemple as demais dimensões do processo educativo, tais como: o contexto social, o processo de gestão democrática, as condições físicas, materiais e pedagógicas da escola e o desempenho dos educadores docentes e não-docentes. (MEC,2004, p. 40)

De conformidade com a legislação, Resolução 2197/12 no seu artigo 69, a escola deverá promover a avaliação da aprendizagem dos alunos de forma conjunta entre professores e equipe pedagógica, sendo esta parte integrante da proposta curricular e da implementação do currículo, redimensionadora da ação pedagógica, a saber:

- I. Assumir um caráter processual, formativo e participativo;
- II. Ser contínua, cumulativa e diagnóstica;
- III. Utilizar vários instrumentos, recursos e procedimentos;
- IV. Fazer prevalecer os aspectos qualitativos do aprendizado do aluno sobre os quantitativos;
- V. Assegurar tempos e espaços diversos para que os alunos com menor rendimento tenham condições de ser devidamente atendidos ao longo do ano letivo;
- VI. Prover, obrigatoriamente, intervenções pedagógicas, ao longo do ano letivo, para garantir a aprendizagem no tempo certo;
- VII. Assegurar tempos e espaços de reposição de temas ou tópicos dos Componentes Curriculares, ao longo do ano letivo, aos alunos com frequência insuficiente;
- VIII. Possibilitar a aceleração de estudos para os alunos com distorção idade-ano de escolaridade. (SEE-MG 2012)

A Resolução no seu artigo 70 define:

Na avaliação da aprendizagem, a Escola deverá utilizar procedimentos, recursos de acessibilidade e instrumentos diversos, tais como a

observação, o registro descritivo e reflexivo, os trabalhos individuais e coletivos, os portfólios, exercícios, entrevistas, provas, testes, questionários, adequando-os à faixa etária e às características de desenvolvimento educando e utilizando a coleta de informações sobre a aprendizagem dos alunos como diagnóstico para as intervenções pedagógicas necessárias. As formas e procedimentos utilizados pela Escola para diagnosticar, acompanhar e intervir, pedagogicamente, no processo de aprendizagem os alunos devem expressar, com clareza, o que é esperado do educando em relação à sua aprendizagem e ao que foi realizado pela Escola, devendo ser registrados para subsidiar as decisões e informações sobre sua vida escolar. (SEE-MG 2012)

A avaliação diagnóstica deve diagnosticar a aprendizagem através de atividades de verificação a fim de levantar dados para, a partir deles, reorganizar o processo pedagógico, construindo o Planejamento para a turma atendendo principalmente as habilidades ainda não consolidadas pela turma e ainda o atendimento individual para que tenham êxito os estudantes. As avaliações formativas para que o professor redirecione o seu fazer pedagógico ao longo do ano, deve ser realizada por todos os envolvidos, incluindo alunos e pais, a partir das atividades realizadas e dos objetivos alcançados. A escola deve organizar formas de relatar (registrar) o processo de aprendizagem de cada estudante. O foco se dá no diagnóstico do processo pedagógico para que se tome a(s) decisão(ões) adequada(s) no sentido de que o estudante tenha formação básica desejada consolidando competências que ainda não haviam sido vencidas, conforme os eixos do CBC. O processo ensino-aprendizagem e os resultados das avaliações são de conhecimento dos pais, bem como, as estratégias de intervenção pedagógica diferenciada que são utilizadas ao longo do ano letivo. De acordo com Veiga (2002 p.9)

A avaliação, do ponto de vista crítico, não pode ser instrumento de exclusão dos alunos provenientes das classes trabalhadoras. Portanto, deve ser democrática, deve favorecer o desenvolvimento da capacidade do aluno de apropriar-se de conhecimentos científicos, sociais e tecnológicos produzidos historicamente e deve ser resultante de um processo coletivo de avaliação diagnóstica.

As avaliações externas realizadas anualmente como a Prova Brasil, PROEB (Língua Portuguesa e Matemática) e PAAE (Língua Portuguesa, Matemática e Ciências da Natureza) também são utilizadas para elaboração do PIP, integrando também as

metas da escola, sendo uma tarefa conjunta da escola e os professores, alunos e os pais. Para tanto, a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, reserva 02 dias em seu calendário, denominados de dia “D”, com participação de todos os profissionais da escola que se reúnem para analisarem e discutirem os resultados alcançados nas avaliações externas (, PAAE, PROEB) e, em outro momento, “Toda Comunidade Participando”, sendo esta a oportunidade para que todos tenham ciência dos resultados e deles usufruam para redirecionar as atuações em sala de aula. Quanto aos resultados da Prova Brasil, que compõem dados para o IDEB da escola, a escola estadual “Irmã Raimunda Marques”, desde que começaram as avaliações externas, está melhorando a sua proficiência e, no ano de 2013, obteve resultados bem satisfatórios, inclusive, desde 2011, deixou a classificação de “escola estratégica” pela SEE/MG.

A progressão Parcial, assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação e contemplada na Resolução SEE nº 521/04, de 02/02/04 I (com vigência até 31 de dezembro de 2012), instituiu o Regime de Progressão Continuada nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Regime de Progressão Parcial nos 4 anos finais do Ensino Fundamental.

Por determinação da Resolução 2197/2012, a progressão parcial passou a ocorrer a partir do 6º ano do ensino fundamental, deste para o ensino médio e no ensino médio, poderá beneficiar-se da progressão parcial, em até 3 (três) Componentes Curriculares, o aluno que não tiver consolidado as competências básicas exigidas e que apresentar dificuldades a serem resolvidas no ano subsequente.

Promoção: A verificação do rendimento escolar decorrerá da avaliação do aproveitamento e apuração da assiduidade. Será considerado promovido para o ano subsequente ou concluinte do curso, o aluno que obtiver frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) e média final igual ou superior a 50 pontos. O aluno com frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) e média INSUFICIENTE ou inferior a 50 pontos poderá ser promovido, se submetido aos procedimentos de estudos orientados previstos no presente documento do Regimento Escolar. Caso a infrequência seja superior a 25%, terá direito a reclassificação se obtiver resultado superior a 50% em todos os componentes curriculares.

As avaliações são, portanto, essenciais para todos os segmentos escolares. Para o gestor sinaliza como está o processo ensino-aprendizagem e, através desse resultado servirá de norte para as metas escolares. Para o professor, as avaliações fornecem dados para avaliar a sua atuação enquanto mestre, permitindo pensar e repensar como deve ser a sua prática pedagógica; como deve observar e verificar a consolidação das habilidades e competências da série. Para os alunos e pais, as avaliações devem oportunizar momentos de reflexão e averiguação do que foi aprendido e apreendido, o conhecimento como um todo ao longo da série ou ciclo escolar.

Somente há resultado positivo quando todos envolvem com o processo ensino aprendizagem e buscam a qualidade da educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Presencia-se no âmbito escolar uma grande efetivação da autonomia, junto à democratização dos espaços escolares, muito se avançou no que se refere à descentralização das estruturas de decisões e ações, abrindo espaço para participação de toda comunidade educativa. Neste novo contexto a comunidade escolar passa a ter um espaço efetivo nas decisões e planejamentos nas instituições escolares, podendo assim contribuir para uma maior objetivação de metas reais as quais possam melhor atender a realidade de cada escola. A construção do projeto político-pedagógico envolve a equipe toda, dentre os quais se encontram: o gestor, professores, funcionários, pais e comunidade escolar e deve ser entendido por todos, como efetivação da gestão democrática e participativa expressa nos processos de autonomia.

A criação do Projeto Político Pedagógico trouxe para o interior das escolas a possibilidade de democratizar as estruturas do poder escolar, pois permite a todos os envolvidos a organização de ações de interesses locais, estabelecendo um processo de diálogo com a comunidade escolar.

A escola, para se desvencilhar da divisão do trabalho, de sua fragmentação e do controle hierárquico precisa criar condições para gerar uma outra forma de organização do trabalho pedagógico. A reorganização da escola deverá ser buscada de dentro para fora. O fulcro para a realização dessa tarefa será o empenho coletivo na construção de um projeto político-pedagógico e isso implica fazer rupturas com o existente para avançar.

É preciso entender o projeto político-pedagógico da escola como uma reflexão de seu cotidiano. Para tanto ela precisa de um tempo razoável de reflexão e ação, para se ter um mínimo necessário à consolidação de sua proposta.

A construção do projeto político-pedagógico requer continuidade das ações, descentralização, democratização do processo de tomada de decisões e instalação de um processo coletivo de avaliação de cunho emancipatório.

Finalmente, há que se pensar que o movimento de luta e resistência dos educadores é indispensável para ampliar as possibilidades e apressar as mudanças que se fazem necessária dentro e fora dos muros da escola. .(Veiga,2002, p.9).45

A escola Irmã Raimunda Marques, como uma instituição social voltada para a educação do cidadão, reafirma seus objetivos principais: a instrução e a formação humana para o fortalecimento da cidadania.

O Projeto Político Pedagógico faz parte do planejamento e da gestão escolar na medida em que expressa a identidade da comunidade a qual prestará atendimento. A questão principal do planejamento é expressar a capacidade de se transferir em um movimento constante de reflexão/ação/reflexão. Sendo assim uma construção coletiva para uma educação de qualidade, inovadora para todos, onde a flexibilidade será respeitada em prol da melhoria do desempenho da escola, se faz presente orientando a implantação de novos projetos. A implantação do projeto de Intervenção Pedagógica, a adoção de novas tecnologias ou na melhoria das existentes e a utilização de novas estratégias pedagógicas representam a constante batalha dessa instituição educacional no atendimento dos seus objetivos.

O Projeto Político Pedagógico atua como norteador da vida escolar, ajudando a resolver muitos problemas da educação enfrentados pela sociedade, oferecendo e

assegurando ao educando uma melhor qualidade de ensino, sendo este o objetivo do trabalho oferecido em nossa escola. Ao término de cada semestre letivo, deverá ser feita uma análise detalhada coletivamente do plano de ação, se necessário reformulando-o, com o objetivo de adequá-lo às novas situações surgidas no decorrer do ano.

Ações concretas na solução de problemas diagnosticados no decorrer das atividades educacionais consagram a obra da instituição enquanto entidade formadora de opiniões e mediadora de conhecimentos que, quando dotados de sentido, permitem sua aplicabilidade para uma atuação social empreendedora.

REFERÊNCIAS

ALVES José Matias. Organização, gestão e projeto educativo das escolas. Porto Edições Asa, 1992.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar. 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 01/05/2014 às 14h

BRANDÃO. Maria, Everalda Silva. O projeto político pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino. Rio de Janeiro 2005. Disponível em: <http://www.avm.edu.br/monopdf/> Acesso em 17/07/14

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (e atual Diretrizes e Bases da Educação Nacional

_____). Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de

Educação. BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares

Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Secretaria de Educação

Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997

_____ CONSTITUICAO FEDERAL, 1988.

CAVALIERE, Ana Maria. Tempo de escola e qualidade na educação pública.

Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 22/08/14 as 19:10 horas.

CURRY, Carlos Roberto Jamil. O Direito à Educação: Um campo de atuação do gestor educacional na escola. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>, Acesso em 17/07/14

DOURADO, Luiz Fernandes. A Qualidade da Educação: Conceitos e Definições,

Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 17/07/14 as 17:30 horas

FREITAS, Luiz Carlos de. CICLO OU SÉRIES ? O que muda quando se altera a forma de organizar os tempos-espacos da escola? Disponível em

<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 22/08/14

GADOTTI, Moacir. "Pressupostos do projeto pedagógico". Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos. Brasília: MEC, 28/ago. a 2/set 1994.

LOPES, Alice. Casimiro. Discursos Nas Políticas De Currículo. Currículo sem Fronteiras, v.6, n.2, pp.33-52, Jul/Dez 2006. Disponível em:

<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol6iss2articles/lopes.pdf>. Acesso 24.08.1447

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Projeto de Desenvolvimento Profissional de Educadores – PDP 2005. Módulo II. O planejamento do ensino. Orlando Aguiar Jr. Disponível em:

<http://www.gestaodeconcurso.com.br/site/>

_____PARECER do Conselho Estadual de Educação de Educação nº 1132/97

_____ PARECER do Conselho Estadual de Educação de Educação nº 1158/98

_____RESOLUÇÃO nº 469/03 – Organização do Ensino Fundamental.

_____RESOLUÇÃO nº 521/04 – Organização e Funcionamento Escolar.

_____ RESOLUÇÃO SEE Nº 2.197, DE 26 DE OUTUBRO DE 2012. Dispõe

sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais e dá outras providências

NAVARRO, Ignez Pinto, et.al Conselho Escolar e a aprendizagem na escola. Brasília :

MEC/SEB, 2004, p. 38-40, (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, caderno 2, Parte VII e VIII)

SILVA, Tadeu. Tomaz. Documento de identidade: uma introdução às teorias de currículos. Belo Horizonte, MG, Autêntica, 2001.

TESSARIN, Marcia Maria de Oliveira. Diretor de Escola, Projeto Político Pedagógico e a Formação de Professores de uma Escola Municipal do Ensino Fundamental de uma cidade paulista- S Disponível em: < <http://www.btdt.ufscar.br/htdocs>. Acesso em 22/08/14>, as 19 horas.

VEIGAI, Ilma. Passo, Alencastro. Projeto Político-pedagógico da escola: uma construção possível. 14a edição Papirus, 2002.

Weber,Max. A Psicologia social das Religiões Mundiais. In: Ensaio de Sociologia. 5ªEd. Rio de Janeiro, LTC Editora S.A, 2002.